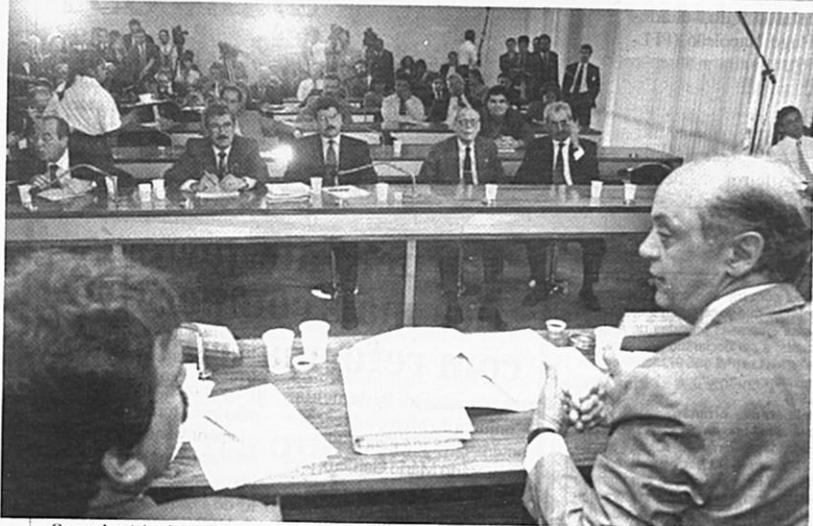


JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

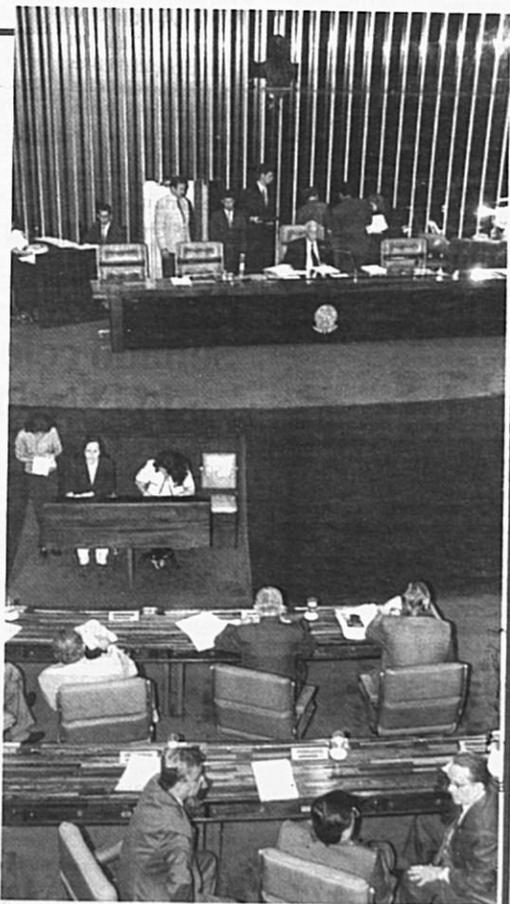
Ano IV - Nº 680 - Brasília, quinta-feira, 30 de abril de 1998



O senador Ademir Andrade presidiu audiência pública que teve a presença do ministro da Saúde, José Serra

TCU analisa contratos da Polícia Federal

O plenário aprovou ontem requerimento do senador José Eduardo Dutra para que o Tribunal de Contas da União (TCU) promova uma inspeção extraordinária nos contratos que o Departamento de Polícia Federal assinou com a empresa francesa Sofremi, destinados à compra de equipamentos, materiais e serviços para reaparelhamento do órgão. Com a decisão, o plenário não votará o Acordo de Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública assinado pelos governos do Brasil e da França, em março do ano passado, até que o TCU envie aos senadores as conclusões da inspeção extraordinária. **Página 7**



O plenário aprovou pedido de investigação de compras

Rocha quer mudar planos de saúde

Nova versão de projeto deverá ser votada na próxima semana pela Comissão de Assuntos Sociais

O relator do projeto de regulamentação dos planos e seguros de saúde, senador Sebastião Rocha, anunciou ontem as principais modificações que pretende promover no texto, cuja votação na Comissão de Assuntos Sociais está prevista para quarta-feira. Ele defendeu o fim da carência de três dias para procedimento de emergência; a mudança dos reajustes de mensalidades de pessoas com

mais de 60 anos; a inclusão de transplantes entre os procedimentos do plano de referência; e a responsabilidade dos planos e seguros por procedimentos de alta complexidade. Durante debate na comissão, o ministro da Saúde, José Serra, evitou dizer se concorda com as mudanças. "Estamos empenhados em aperfeiçoar o projeto e não apenas em aprová-lo", afirmou o ministro. **Página 3**

Candidato próprio no Rio irrita Dutra

O senador José Eduardo Dutra disse ontem que o Diretório Nacional do PT pode revogar a decisão da seção fluminense de lançar candidato próprio ao governo do Rio de Janeiro. Dutra defendeu a aliança com o PDT e pediu a Vladimir Palmeira que retire seu nome da disputa.

Página 8



Dutra: pela aliança

Pazzianotto pede fim de juiz classista

O corregedor-geral da Justiça do Trabalho, Almir Pazzianotto, defendeu ontem a extinção dos juízes classistas. Ele participou de audiência pública sobre o tema na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Página 4**

Comissão aprova dois novos embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado aprovou ontem a indicação de dois diplomatas para cargos de embaixadores na Santa Sé e na Colômbia.

O embaixador Marco Cesar Meira Naslauskys deixa a embaixada na Bolívia e vai chefiar a missão diplomática brasi-

leira no Vaticano. Em sua explanação, o embaixador ressaltou a importância das relações diplomáticas da Santa Sé com o Brasil, o maior país católico do mundo.

O embaixador Marcus Camacho de Vicenzi, atual cônsul-geral do Brasil em Nova York, vai comandar a embaixada na Colômbia. O relatório do senador Hugo Napoleão (PFL-PI) resalta a atuação do embaixador nos Estados Unidos, "em missão extremamente difícil, dada a quantidade de brasileiros residentes em Nova York".



A comissão sabatinou os diplomatas indicados

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

Hora do Expediente: O tempo será dedicado a homenagear a passagem dos 50 anos de fundação de Israel. Oradores inscritos: Bernardo Cabral, Ney Suassuna e José Ignacio Ferreira

COMISSÕES

10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Relatório às emendas apresentadas ao PDL referente às contas do presidente da República de 1996; Requerimentos de autoria do deputado Paulo Bernardo; e PL nº 6/98-CN, que abre ao orçamento de investimento, em favor das empresas Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. e Petrobrás Fertilizantes S.A., crédito especial até o limite de R\$ 847 milhões. *Plenário 2, Anexo II - Câmara dos Deputados*

11h - Comissão Especial e Parlamentar de Inquérito

Pauta: Reunião de instalação para "acompanhar in loco as providências e investigações dos fatos, as circunstâncias e as causas que provocaram o incêndio que assola a região amazônica e, em especial, Roraima". *Sala 2 - Ala Senador Nilo Coelho*

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Segunda-feira (4.05.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (5.05.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 50/96, que convoca plebiscito para o eleitorado decidir sobre a realização de reforma constitucional e altera o art. 55 da Constituição federal para prever a perda de mandato por infidelidade partidária; terceiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 32/96, que altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do art. 143 da Constituição federal (serviço civil obrigatório); terceiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 24/97, que altera o art. 143 da Constituição federal (serviço civil obrigatório); segundo dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 37/97, que altera o parágrafo 2º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (base de cálculo do Fundo de Estabilização Fiscal); primeiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 8/95, que dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição federal; discussão em turno único do PLS nº 273/91, que transfere ao domínio de Roraima terras pertencentes à União; votação em turno único do Requerimento nº 196/98, do senador Osmar Dias, solicitando audiência da CCJ sobre o substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 93/93, que proíbe a exclusão de

cobertura de despesas com tratamento de determinadas doenças em contratos que asseguram atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de saúde ou assemelhadas; a ser declarado prejudicado o PLS nº 45/93, que altera a Lei nº 6.435/97, sobre entidades fechadas de previdência privada

Quarta-feira (6.05.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação em primeiro turno da PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios referentes ao ICMS; votação em primeiro turno da PEC nº 28/96, que altera a redação do art. 6º da Constituição federal; votação em primeiro turno da PEC nº 48/96, que altera o art. 57 da Constituição federal (recesso parlamentar); quarto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 32/96, que altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do art. 143 da Constituição federal (serviço civil obrigatório); quarto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 24/97, que altera o art. 143 da Constituição federal (serviço civil obrigatório); terceiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 37/97, que altera o parágrafo 2º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (base de cálculo do Fundo de Estabilização Fiscal); e segundo dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 8/95, que dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do art. 155 da Constituição federal

Quinta-feira (7.05.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 32/96, que altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do art. 143 da Constituição federal (serviço civil obrigatório); quinto e último dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 24/97, que altera o art. 143 da Constituição federal (serviço civil obrigatório); quarto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 37/97, que altera o parágrafo 2º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (base de cálculo do Fundo de Estabilização Fiscal); terceiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 8/95, que dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do art. 155 da Constituição federal; votação em turno único do Requerimento nº 235/98, o senador Geraldo Melo solicita tramitação conjunta das PECs nºs 6 e 11, de 1998, por versarem sobre a situação funcional de servidores de empresas públicas federais; votação em turno único do Requerimento nº 240/98, do senador Sebastião Rocha, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 85/98-Complementar, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Pará e Amapá - Ripama e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Delta do Rio Amazonas; e a ser declarado prejudicado o Requerimento nº 88/97, o senador Pedro Simon solicita a realização de um seminário nacional com o objetivo de debater questões relativas à privatização da Companhia Vale do Rio Doce

Garnero diz que país fica mais competitivo com reforma tributária

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul recebeu ontem, em audiência pública, o empresário Mário Garnero, presidente do Fórum das Américas, entidade que coordena a atuação empresarial brasileira nos limites do Mercado Comum do Cone Sul - Mercosul. Garnero fez uma avaliação da participação do Brasil na economia mundial, diante da crise asiática, ressaltando o incremento das relações comerciais com o Mercosul como condição fundamental para a melhoria na balança comercial brasileira.

O empresário paulista apon- tou a aprovação da reforma tributária pelo Congresso Nacio-

nal como o caminho mais rápido para tornar o país mais competitivo no mercado internacional. Garnero apresentou pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (Fipe), prevendo uma queda de 17% no custo final dos produtos exportáveis caso haja uma reforma tributária baseada em apenas cinco impostos.

- Isso significaria a desoneração das exportações, com importantes reflexos no nosso desenvolvimento, dispensando mudanças de risco no câmbio e equilibrando o déficit de nossa balança comercial, sem desvalorizar o Real - observou Mário Garnero.

Senado celebra 50 anos do Estado de Israel

O Senado homenageia hoje os 50 anos da criação do Estado de Israel. Todo o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente - a primeira parte da sessão - será utilizado na homenagem.

O requerimento foi formulado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), um dos orado-

res inscritos. Também devem falar os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e José Ignacio Ferreira (PSDB-ES).

O brasileiro Osvaldo Aranha, então secretário-geral da ONU, teve participação fundamental na criação do novo Estado, após a Segunda Guerra Mundial.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Mariuca Pinto.

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djálba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone:

0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Proposta que regulamenta a medicina complementar no país divide senadores, mesmo após audiência pública com ministro da Saúde, José Serra. Comissão deve votar substitutivo na quarta-feira

Rocha muda projeto dos planos de saúde

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Ademir Andrade (PSB-PA), marcou para a próxima quarta-feira a votação do projeto que regulamenta os planos e seguros de saúde.

O anúncio foi feito depois de o relator do substitutivo da Câmara, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), ter indicado avanços nas negociações da proposta.

Rocha acenou com uma proposta intermediária, entre o desejo do governo de aprovar rapidamente o projeto original

que veio da Câmara e a posição das entidades de profissionais da saúde e de consumidores, que querem a rejeição do substitutivo do deputado Pinheiro Landim (PMDB-CE).

Ao final da audiência pública realizada pela CAS com o ministro da Saúde, José Serra, Rocha afirmou que pode reduzir de 28 para oito as supressões que faz ao texto da Câmara em seu parecer. Além dos pontos já acatados pelo senador Romero Jucá (PFL-RR), incumbido pela liderança do governo de acompanhar a votação da pro-



Rocha define alterações

posta, Rocha quer modificar o projeto em quatro outros pontos:

- inclusão de procedimentos de alta complexidade nos planos

e seguros de saúde hospitalar:

- fim da carência de três dias para procedimentos de emergência;
- reajuste das mensalidades de pessoas acima de 60 anos;
- inclusão de transplantes, próteses e órteses entre os procedimentos do plano de referência.

- Creio que meu parecer pode ser o fio condutor entre as posições radicalizadas - afirmou Rocha.

EMPENHO

Serra não quis garantir se aceitará a proposta formulada

pelo relator. "Estamos empenhados em aperfeiçoar o projeto e não apenas em aprová-lo", afirmou.

Em seu voto em separado, Jucá já acatou modificações nos agentes reguladores dos planos e seguros de saúde; na suspensão da cobertura em casos de detecção de doenças preexistentes; no atendimento em casos de calamidade pública; e na isenção da parcela do empregador para todos os trabalhadores e não apenas para os que tenham contribuído nos dez anos anteriores.

Serra defende rapidez na regulamentação

Na audiência pública realizada ontem na CAS, o ministro da Saúde, José Serra, defendeu maior rapidez na regulamentação do setor de planos e seguros de saúde. Ele considera positiva grande parte dos pontos que constam do substitutivo elaborado pela Câmara dos Deputados ao projeto de lei do Senado que trata do assunto.

Serra comentou que o mercado de medicina complementar

mite a permanência, em planos coletivos de saúde, de pessoas que perderam seu emprego ou se aposentaram. Serra calcula que, se a regulamentação tivesse sido aprovada em dezembro do ano passado, 1 milhão de desempregados teriam sido beneficiados. "Este é o número de pessoas que ficaram no olho da rua, sem emprego e sem nenhuma proteção de saúde", estimou.

DESEMPREGADOS

Outros pontos foram considerados positivos pelo ministro: a obrigação da criação de um plano de referência para cada empresa do setor; a extinção dos limites de tempo para permanência em enfermaria ou tratamento ambulatorial; a limitação dos prazos de carência; e o estabelecimento do atendimento obrigatório em casos de urgência e emergência, mesmo dentro do prazo de carência.

O projeto também estabelece que todo o atendimento de urgência ou emergência de usuários dos planos de saúde seja ressarcido ao SUS. "Hoje, no Brasil, uma pessoa vai para o hospital e quem paga é a viúva, ou seja, o SUS", reclamou o ministro.

A entrada do capital estrangeiro também foi defendida por Serra. "Não sei se o capital estrangeiro vai baratear substancialmente os custos, mas encarecer é que não vai. O que vemos aqui é o velho receio da concorrência", opinou.

Serra afirmou que a demora na aprovação do projeto já prejudicou milhões de pessoas

não dispõe de regras estáveis de funcionamento, daí a necessidade da regulamentação. "Não vejo questões negativas com relação à situação atual porque hoje não temos nada, o que importa é a lei da selva", justificou. A demora na regulamentação do setor, no entender do ministro, está impedindo que aspectos positivos possam ser implementados, e conseqüentemente tem causado prejuízos aos consumidores. Serra citou, como exemplo, o limite de permanência nas UTIs, que, de acordo com o projeto, acabaria. "Quantos milhares de pessoas estão sendo hoje arrancadas de UTIs porque não se aprova esse projeto?", indagou.

Como o projeto também per-

Debates ampliam divisão entre membros da comissão

Durante o debate na CAS, o ministro José Serra admitiu que a regulamentação dos planos e seguros de saúde precisa ser aperfeiçoada, mesmo com a aprovação do projeto em análise na comissão. Para isso, o ministro e outros senadores sugeriram a edição de medida provisória, com mecanismos não incluídos na proposta que veio da Câmara.

Entre os pontos que não estão contemplados no projeto que veio da Câmara, o ministro listou o tratamento a doenças congênitas, transplantes e quimioterapia. Além disso, Serra acredita ser necessária a criação de um conselho nacional de saúde complementar, para fiscalizar e até aplicar punições a quem descumpra a lei.

Para Serra, melhorias também podem ser feitas durante a regulamentação da matéria. Ele sugeriu a criação de câmaras para discussão dos diversos pontos da lei.

O ministro ouviu, durante mais de uma hora, críticas dos senadores ao projeto defendido pelo governo. "Nunca fui tantas vezes procurado para ouvir opiniões contrárias a um projeto", afirmou o senador Osmar Dias (PSDB-PR). Já o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) chegou a afirmar que "de 80% a 90%



No debate da CAS, Serra (C) admitiu que regulamentação precisa ser melhorada

da população estão contrários a esse projeto".

O presidente da CAS, senador Ademir Andrade, afirmou que todas as entidades médicas e de consumidores ouvidas em audiências públicas na comissão, sem exceção, posicionaram-se contrárias ao projeto. "Apenas as empresas e seguradoras estão a favor. Até as cooperativas como a Unimed estão contra", disse Ademir.

Carlos Patrocínio revelou que apresentou requerimento à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pedindo que seja feita uma análise da tramitação do projeto. "Não se trata de querer procrastinar a aprovação, mas fazer as modificações necessárias", declarou Patrocínio.

TEMPO DE VOTAR

O senador Romero Jucá quer a votação rápida da matéria. "Não é possível que passemos do ano 2000 sem uma lei que regule o setor", afirmou. Os sena-

dores Pedro Piva (PSDB-SP) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) compartilham da mesma opinião. "Não podemos dizer à população que ainda não temos uma lei sobre esse assunto", disse Alcântara.

Para a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), a discussão sobre o assunto deveria ser realizada com mais calma. "Fico preocupada com uma votação tão rápida, especialmente agora que temos uma relatoria tão aberta ao debate", afirmou.

O envio de um projeto de lei, em vez de uma medida provisória, para incorporar aperfeiçoamentos à regulamentação dos planos e seguros de saúde foi a proposta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Para ele, portadores do vírus HIV deveriam ter melhor tratamento da lei. "O Brasil é o único país que paga integralmente o coquetel de medicamentos para combater o vírus", rebateu Serra.

O corregedor-geral da Justiça do Trabalho condena em audiência pública na CCJ as indicações políticas, o nepotismo e o alto custo da manutenção de representantes de empresários e trabalhadores

Pazzianotto propõe fim de juiz classista

O ex-ministro do Trabalho e atual corregedor-geral da Justiça do Trabalho, Almir Pazzianotto, defendeu ontem, em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, a extinção da representação de juizes e ministros



Pazzianotto sugeriu revisão da atuação da Justiça do Trabalho em situação de desemprego

classistas na Justiça trabalhista. Pazzianotto apontou várias razões para acabar com a figura dos classistas, como os altos custos para o erário público, a falta de preparo de alguns juizes, as indicações políticas e o nepotismo que ocorrem no preenchimento dos cargos.

A extinção dos classistas é, no entanto, segundo Pazzianotto, apenas um dos problemas enfrentados pelo Judiciário trabalhista. Ele disse que a grande questão é a própria atuação da Justiça do Trabalho, diante de um mercado e

uma situação econômica de desemprego. Apontou ainda a falta de prática de negociação e acordo entre sindicatos patronais e de empregados, o que aumenta e dificulta ainda mais o volume e a conclusão dos processos trabalhistas.

Além da extinção dos classistas, Almir Pazzianotto defendeu o fim da contribuição sindical compulsória, a implementação de uma política de emprego por parte do governo, a reestruturação e modernização sindical e da legislação do trabalho. A exposição do ministro foi elogiada pelos se-

naidores da CCJ e pelo presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM), relator da proposta de extinção dos classistas, ainda admite a presença desses juizes nas juntas de conciliação e julgamento, mas é contra sua permanência nos tribunais. Jefferson disse que, no entanto, não será mais necessária a existência dos classistas a longo prazo, porque haverá outros mecanismos, como a arbitragem, capazes de aperfeiçoar a atuação da Justiça trabalhista.

Dutra e Freire aplaudem argumentos

Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Roberto Freire (PPS-PE) concordaram com os argumentos de Pazzianotto e se manifestaram totalmente contra qualquer representação dos juizes classistas. Dutra disse, entretanto, que é pessimista quanto à aprovação da extinção dos classistas pelo Congresso, pois, assinalou, ultimamente o Legislativo só aprova matérias de interesse do Executivo quando há mobilização das lideranças governistas para esse fim.

Roberto Freire esclareceu que o substitutivo de Jefferson Péres resgata o que foi defendido durante a Constituinte, ou seja, deixar a representação classista somente nas juntas de conciliação e julgamento. O senador frisou, contudo, que é contra os classistas em qualquer instância. Ele não concorda com o ar-

gumento de que a saída dos classistas representaria uma elitização na Justiça trabalhista. "A Justiça deve ser um colegiado de juizes e não da sociedade. Esse espaço deve ser exercido pelas entidades de classe, sindicatos, associações etc. A Justiça não é espaço para isso", afirmou.

Já o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) defendeu a permanência dos classistas. Ele argumenta que os classistas votam "com a mesma competência" dos togados e que sua extinção elitizaria a Justiça trabalhista. Para o senador, bastaria uma reformulação no processo de escolha desses juizes para evitar irregularidades.

Em sua exposição, Almir Pazzianotto defendeu uma mudança de mentalidade, no sentido de haver mais conciliação e negociação do que processos na Justiça. Ele acha que a Justiça trabalhista deve-

ria cuidar somente das causas mais complexas, deixando as demais para serem resolvidas entre as partes. Crítico do dispositivo constitucional que permitiu a criação de pelo menos um tribunal regional em cada estado, acrescentando que, com isso, a Justiça cresceu desordenadamente.

Para citar exemplo de nepotismo e falta de competência dos classistas, Pazzianotto relatou o caso de um classista que foi escolhido na Bahia apenas por ser filho de "um grande e famoso escritor brasileiro". Disse ainda que a falta de conhecimento jurídico dos classistas causa, muitas vezes, verdadeiro constrangimento nos tribunais.

- Eu não verifiquei ao longo desses anos que a representação classista seja imprescindível. Ao contrário, a Justiça trabalhista funcionaria bem melhor sem os classistas - afirmou Pazzianotto.

CCJ aprova Passarinho para ministro do STJ

Por unanimidade de votos, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a indicação do nome de Aldir Guimarães Passarinho Júnior, juiz do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na vaga aberta com a aposentadoria do ministro José de Jesus Filho. A matéria será votada ainda pelo plenário.

No início da reunião, o senador Francelino Pereira (PFL-MG), relator da mensagem presidencial que submete o nome de Aldir Passarinho Júnior ao Senado, destacou as qualidades do juiz e sua vocação para a magistratura. Em seguida, o juiz fez

uma exposição em que considerou democrática a necessidade de o nome de um ministro do STJ ser aprovado pelo Senado, já que a missão desse ministro, de "uniformizar a interpretação da legislação federal", tem reflexos sobre a sociedade. Aldir Passarinho Júnior informou ter 15 anos de experiência na advocacia e nove na magistratura.

O juiz afirmou ainda que há um certo alarmismo nas expressões "crise" e "falência" do Judiciário. Ele disse reconhecer a situação que está sendo vivida por aquele Poder, mas destacou que acredita na Justiça e chamou a atenção para a necessidade de se levar em conta o que o Judiciário faz de bom, como o número de processos julgados pela Justiça Federal em todo o país.

Juiz quer processos mais rápidos

Durante a sabatina, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) quis saber a opinião de Aldir Passarinho Júnior sobre a morosidade na Justiça, e ouviu do juiz que o assunto preocupa, especialmente, o Poder Judiciário. O juiz disse esperar que sejam adotadas rapidamente idéias destinadas a acelerar e a simplificar a tramitação dos processos e a fortalecer a jurisprudence.

opta pela magistratura deixa de adotar um caminho que seria extremamente profícuo em termos financeiros - que é a advocacia -, tem uma vida de sacrifício e muito trabalho, e o que se espera "pelo menos é uma tranquilidade financeira".

Em resposta à pergunta do senador Jefferson Péres (PSDB-AM), o juiz afirmou que receia uma possível burocratização do Judiciário em consequência da adoção da súmula vinculante. Acredita que esse dispositivo não reduziria o poder e a independência do magistrado. "Apenas receio a irreversibilidade", advertiu.

Aldir Passarinho Júnior observou que, entre a decisão vinculante e a súmula vinculante, prefere a segunda, que classifica como "uma reiteração da jurisprudência". A partir de pergunta do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o juiz declarou que, da forma como está sendo conduzida a reforma do Judiciário, não há significativos instrumentos de agilização, mas de controle: "O que deve haver, na verdade, é uma conversa maior entre Legislativo, Executivo e Judiciário", sustentou.

Passarinho disse temer burocratização da Justiça com a adoção de súmulas vinculantes

O senador Epiácio Cafeteira (PPB-MA) perguntou a opinião do juiz sobre os predicamentos da magistratura e sobre as recentes votações no Congresso de matérias que afetam os magistrados. Aldir Passarinho Júnior respondeu que há, entre os magistrados, uma certa decepção pela forma como vem sendo encarada a questão da magistratura, até mesmo pela imprensa. Disse que quem

Senador alertou para a tensão social gerada pela seca e afirmou que a região deveria se tornar prioridade, como desejava Juscelino

Napoleão defende mais investimentos no Nordeste

Ao comentar a seca que castiga vários estados nordestinos, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) disse ontem que o Nordeste tem 30% da população brasileira, mas recebe apenas 8,6% dos investimentos federais. "É essa situação de angústia que nós queremos que seja invertida, e que o Nordeste se torne a prioridade que o ex-presidente Juscelino Kubitschek desejou quando fundou a Sudene", explicou.

Hugo Napoleão comentou que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) deverá distribuir 979 mil cestas básicas aos 1.209 municípios atingidos pela seca; no entanto, há 10 milhões de flagelados na região e os recursos federais são suficientes para atender apenas 5 milhões.



Napoleão vê situação lamentável

Conforme o senador, o Piauí está com um prejuízo confirmado na área agrícola da ordem de R\$ 470 milhões, com uma queda na produção agrícola de 74,39%.

- Algumas outras áreas do país acham que nós, do Nordeste, desejamos promover al-

gum tipo de indústria da seca. Não se trata disso. É uma região castigada que precisa da união de todos com o objetivo de minimizar os efeitos da estiagem - afirmou.

Napoleão alertou que a tensão social cresce com os saques. "As levas de flagelados avançam sobre as cidades. O clima de tensão se espalha, pois a fome e a angústia não permitem ponderação. É lamentável a persistência da seca nas regiões do Nordeste brasileiro. É desumana, e mais aterradora ainda, a postura maniqueísta de certas autoridades que se comportam como algozes: aproveitam-se da miséria e da angústia dos retirantes e, utilizando-se da máquina e do dinheiro público, transformam a tragédia humana em balcão eleitoral", frisou.

Falcão cobra solução definitiva contra a seca

"A solução definitiva para o combate à seca é simples e tem um nome: água", afirmou ontem o senador Djalma Falcão (PMDB-AL), condenando as providências emergenciais limitadas a cestas de alimentos e frentes de trabalho. O parlamentar advertiu o poder público para que o Brasil não entre no terceiro milênio tentando solucionar esse flagelo social com medidas de caráter meramente paliativo.

Conforme Djalma Falcão, a atual seca só é comparável à de 1877, que levou o imperador D. Pedro II à idéia de empenhar as jóias da coroa para reduzir o sofrimento do povo nordestino. Lembrando que o contingente humano submetido àquela seca era significativamente menor, ele afirmou que hoje se estima em 10



Falcão propõe comissão externa milhões os brasileiros que têm a vida ameaçada pela fome em decorrência da seca, e comparou a situação à circunstância de o Brasil ter que salvar quase toda a população de São Paulo, ou a soma da população do Uruguai com a da Bolívia, ou todo o contingente humano que habita Portugal.

Observando que o salário mínimo é insuficiente para atender às necessidades básicas de um cidadão, o senador

lamentou que o governador da Paraíba, José Maranhão, esteja pagando um terço desse salário aos paraibanos que se encontram nas frentes de trabalho. Mas reconheceu que, sem caixa, o governador está fazendo o que lhe é possível para matar a fome dos atingidos pela estiagem.

Djalma Falcão apresentou requerimento para a criação de uma comissão externa de senadores destinada a acompanhar os danos causados pela seca.

Em aparte, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que as cidades do norte de Minas estão passando pela mesma penúria resultante da seca. E Djalma Bessa (PFL-BA) disse que a distribuição de cestas de alimentos é uma providência indispensável, e que o governo federal não se tem limitado a isso.

Maldaner sugere mutirão nacional de solidariedade

Diante da situação catastrófica de seca que vive o Nordeste, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) conclamou todos os brasileiros a se unirem num mutirão de solidariedade para socorrer os nordestinos. "Não é possível mais, diante de mesas fartas, engolirmos imagens de televisão mostrando famílias inteiras passando fome e sede. É chegada a hora de mostrarmos a solidariedade típica do brasileiro em favor de quem está sofrendo", enfatizou.

Maldaner lembrou que, em 1980, seu estado, Santa Catarina, sofreu uma sucessão de tragédias. "Não nos faltou a ajuda humanitária de todas as



Maldaner: mobilização

regiões brasileiras. Em todos os estados, uma mobilização maciça de pessoas e instituições nos enviou roupas, alimentos, medicamentos e, sobretudo, carinho e palavras de esperança. As dificuldades foram superadas, mas a lembrança da solidariedade ficará para sempre", disse, emocionado.

Para o senador catarinense, chegou a hora de repetir o esforço e organizar frentes de emergência, buscando angariar doativos e alimentos e ajudar o Nordeste. "Este não é um país qualquer, é o Brasil, onde a solidariedade representa um traço marcante", acentuou.

Jonas Pinheiro elogia resultados da Embrapa

Ao comemorar os 25 anos de existência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) traçou ontem um amplo quadro sobre a importância da empresa na geração de tecnologias incorporadas aos vários sistemas de produção agrícola.

Com 39 unidades de pesquisa, 2.096 pesquisadores - 52% de mestres e 40% de doutores - e cerca de 9 mil empregados, a Embrapa "alcançou nível de excelência até mesmo no cenário internacional, tornando-se uma das maiores instituições de pesquisa do mun-



Jonas destaca pesquisa

do tropical, de qualidade reconhecida pelos 155 institutos de pesquisa com que mantém estreito relacionamento em 56 países", observou o senador.

No âmbito da pesquisa, Jonas Pinheiro apontou a criação de bancos de germoplasma, minifábricas, áreas experimentais, herbários, sistemas de processamento e transporte de produtos; a preservação de ecossistemas, gerenciamento e monitoramento por satélite; a criação de equipamentos e softwares; e a edição de livros e vídeos com os registros de suas descobertas.

Leonel diz que empresa está sendo sucateada

Ao discursar em homenagem aos 25 anos de existência da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o senador Leonel Paiva (PFL-DF) afirmou não ver motivos para comemoração.

"A Embrapa está sendo sucateada, faltam motivação e verbas. Seus técnicos e cien-

tistas, que já desenvolveram sementes de alto valor e tecnologias adaptadas a regiões de difícil cultivo, estão deixando o órgão, devido à sua triste situação", enfatizou. "Do jeito que está a situação, a Embrapa merece a homenagem pelo seu jubileu, mas não há motivos para festa."

Leonel Paiva enfatiza importância do ensino profissionalizante

Ao manifestar sua preocupação com o crescente desemprego no país, o senador Leonel Paiva (PFL-DF) afirmou ontem que o único instrumento que governo e sociedade podem usar é enfatizar a educação, em especial o ensino profissionalizante. "Os empregos de tarefas repetitivas estão se tornando obsoletos. As empresas necessitam de trabalhadores capazes de se adaptar a novas tecnologias e com iniciativa própria para propor soluções", destacou.

Para Leonel, o governo já se conscientizou da importância de

mar a educação profissionalizante, adequando-a às novas demandas do mercado de trabalho e exigências da moderna tecnologia. Lembrou que os recursos para o programa são da ordem de 500 milhões de dólares, sendo metade proveniente do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e a outra metade do MEC e do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

A meta, frisou o senador, é obter 240 mil vagas nos cursos técnicos, em contraposição às atuais 100 mil por ano e, principalmente, assegurar que 70 por cento dos diplomados sejam efetivamente aproveitados pelo mercado de trabalho. "As empresas que contratam jovens formados no 2º grau já não precisam de especialistas em funções e tarefas descartadas pelo avanço tecnológico. Elas precisam de gente com desenvolvimento da capacidade de 'aprender a aprender' e sólida formação geral", enfatizou.

Leonel afirmou que a iniciativa do governo vem ao encontro da opinião pública brasileira. "Em pesquisa realizada em 1996, 90% dos entrevistados opinaram que os cursos profissionalizantes deveriam ser adotados a partir da 5ª série do 1º grau. Um resultado surpreendente em relação à tradição brasileira de priorizar a universidade e o diploma superior. Mas demonstra bem a preocupação crescente da população com a dificuldade de obtenção de emprego para aqueles que deixam os bancos escolares."



Leonel: gente com capacidade de aprender

aperfeiçoar o ensino médio e profissionalizante, para que não continue a ser um mero corredor para a universidade. "Sabemos que muitos profissionais formados em universidades, em cursos de alto custo para o Estado ou seu próprio bolso, vão trabalhar em áreas completamente distintas de sua especialização."

Por esses motivos, disse o senador, a iniciativa do governo de lançar o Proep (Programa de Expansão da Educação Profissional) tem por objetivo refor-

Canhedo e Bastos recebem homenagens de Brasília

O senador Leonel Paiva registrou ontem, em plenário, a sessão de homenagem da Câmara Legislativa do Distrito Federal a dois agraciados com o título de cidadãos honorários de Brasília, por terem escolhido a cidade para construir seus projetos de vida: o paulista Wagner Canhedo Azevedo, empresário, e Frederico Augusto Bastos, conselheiro

do Tribunal de Contas do DF. - Estes dois grandes homens são um tesouro para o povo brasileiro. O exemplo de vida de ambos reforça a nossa crença de que o mundo pode ser melhor, que os cidadãos, agindo irmanados, podem garantir ao Distrito Federal um futuro digno com o qual todos nós sonhamos - destacou Leonel Paiva.

Extinção de 2,4 milhões de vagas em sete anos e crescimento do emprego informal são lamentados pela senadora

Dia do Trabalho será de luto, diz Benedita

Um dia de luto. Para a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), assim deve ser o 1º de maio, Dia do Trabalho. Ela citou números de um estudo recentemente publicado por Márcio Pochmann, professor de Economia da Unicamp, mostrando que foram extintos 2,4 milhões de empregos entre 1990 e 1997.

Segundo a senadora, o estudo - baseado em dados do Ministério do Trabalho e do IBGE - revela que 787 mil postos de trabalho formais foram fechados após o Plano Real (julho de 1994). Nos últimos sete anos, o número de desempregados saltou de 1,82 milhão para 5,08 milhões.

- Não podemos mais admitir, a pretexto de manter a inflação baixa, o elevadíssimo custo da recessão e do consequente desemprego que se alastra como uma gangrena social. Precisamos extirpar esse mal antes que o paciente morra. Diante dessa vexatória inoperância governamental, estarei de luto - afirmou a senadora.

Ela ressaltou que, na contra-



Benedita: "extirpar o mal"

mão dos empregos com registro em carteira, cresce o número de ocupações no mercado informal. Amparada no estudo de Pochmann, a senadora disse que houve um crescimento de 39,1% de trabalhadores "por conta própria" entre 1989 e 1996, enquanto a população economicamente ativa cresceu 16,9%.

Benedita afirmou que as regiões metropolitanas, por serem mais dependentes da atividade industrial, são mais atingidas pelo desemprego. Assim, foram cancelados 1,8 milhão de empregos neste setor, con-

tra 477 mil postos na área de comércio e serviços e 99 mil na agricultura.

O problema, porém, é visível também no interior do país. Apenas o Ceará registrou 4.734 novos empregos entre 1990 e 1997. Segundo Benedita, isto foi provocado pela transferência de empresas do setor calçadista para o interior daquele estado, fugindo de altos custos e de um sindicalismo organizado no Sul e Sudeste do país.

No interior paulista, o número de vagas diminuiu em 383 mil. Em Minas Gerais, excluída a capital, houve uma redução de 150 mil empregos. Já em todo o estado do Rio de Janeiro, a redução do número de empregos chegou a 331,8 mil postos, dos quais 267 mil somados na região metropolitana.

Benedita lembrou que a recessão provocou o maior índice de desemprego dos últimos 14 anos, alcançando 7,4% na média nacional. A taxa de desemprego no Rio é hoje de 5,03%, e atinge 8,3% em São Paulo.

Josaphat critica falta de planejamento do governo

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) condenou ontem a falta de planejamento do Estado brasileiro. Josaphat disse que chama a atenção para o problema há tempos e que viu suas críticas fortalecidas pelo editorial "Planejando para o Futuro", publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, no último dia 11.

Para o senador, problemas que o país vive hoje, como a seca no Nordeste e o desemprego, são reflexos da falta de planejamento do governo federal. "O governo cuida apenas da rotina", disse Josaphat, que lamentou a falta

de providências articuladas em relação à seca.

O editorial, que foi transcrito nos Anais da Casa, destaca que o mais antigo plano de governo do país, o Salte (Saúde, Alimentação, Transportes e Energia), da época do governo Eurico Dutra, não foi cumprido. Outro ponto importante, na opinião do senador, é que o Plano Plurianual de governo, contratado pelo atual governo federal à iniciativa privada, refere-se ao período de 2000 a 2003. "Foi encomendado para a reeleição", comentou o senador.



Josaphat: cuida-se só da rotina

O plenário do Senado aprovou requerimento do senador José Eduardo Dutra para que as compras, que seriam feitas com dispensa de licitação pública, passem por uma análise do Tribunal de Contas da União

TCU vai inspecionar contratos da Polícia Federal

O Tribunal de Contas da União (TCU) vai fazer uma inspeção extraordinária nos contratos que o Departamento de Polícia Federal assinou com a empresa francesa Sofre-mi para compra de equipamentos, materiais e serviços visando ao reaparelhamento do órgão.

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento com essa finalidade, apresentado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), e a inspeção



Senadores só votarão o acordo assinado com a França depois do trabalho a ser realizado pelo Tribunal de Contas

incluirá a fundação brasileira Atech - Aplicação de Tecnologias Críticas, que teria sido contratada para prestar serviços de gerenciamento dos

materiais a serem fornecidos pelos franceses.

Com a decisão, o plenário não votará o Acordo de Parceria e Cooperação em Maté-

ria de Segurança Pública assinado pelo governo com a França, em março do ano passado, até que o TCU envie aos senadores as conclusões de sua

inspeção, conforme comunicação feita ao plenário pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

José Eduardo Dutra pediu a inspeção depois que o jornal *Folha de S. Paulo* denunciou que a compra dos equipamentos foi feita sem licitação pública, sob o argumento de que o assunto se refere à segurança nacional. Segundo o jornal, a compra teria sido no valor de US\$ 395,29 milhões.

Alcântara quer pressa na emenda sobre o FEF

O atraso na votação tornará inócua a emenda que exclui os recursos destinados aos municípios da retenção prevista no Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), alertou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).



Alcântara faz alerta

O fundo terá sua vigência encerrada em dezembro do ano que vem, e o plenário realizou ontem a primeira discussão da emenda do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que beneficia os municípios com a exclusão.

Simon acredita que o serviço civil mostrará a realidade aos jovens

No segundo dia de discussão em plenário da emenda constitucional que cria o serviço civil obrigatório para jovens isentos ou dispensados do serviço militar, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que sua implantação será importante para conscientizar os jovens sobre a realidade do país. Lembrou que eles trabalharão em serviços de saúde, escolas, casas de apoio a desamparados, prefeituras e

outros locais.

A emenda, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), tramita em conjunto com uma proposta parecida apresentada posteriormente por Simon. De acordo com o projeto de Antonio Carlos, as mulheres e os religiosos também ficarão obrigados a prestar o serviço civil, mas



Simon: conscientizar

uma lei deverá regulamentar o assunto.

Durante a discussão, Simon lembrou que, devido a problemas financeiros, o Exército dispensa atualmente a maioria dos que se apresentam para o serviço militar, enquanto "há poucas décadas era difícil um jovem ser dispensado".

Aprovadas novas varas da Justiça Federal

A Justiça Federal poderá criar 35 novas varas nos estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás e Amazonas, de acordo com projeto de lei aprovado ontem pelo plenário do Senado. A proposta recebeu duas emendas e, por isso,

retornará à Câmara dos Deputados para nova análise.

O projeto, de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, prevê a criação de 887 novos cargos, que deverão ser preenchidos por concurso público.

Plenário aplaude retorno de Antonio Carlos

Assim que o senador Antonio Carlos Magalhães assumiu ontem a presidência da sessão, pela primeira vez desde a morte de seu filho Luís Eduardo Magalhães, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) saudou seu retorno.

- Quero trazer a V. Exa. um abraço fraterno, creio que em nome de toda a Casa, por sua bravura, por sua coragem de estar aqui neste momento. É realmente fantástica essa sua capacidade de resistir, de lutar e de continuar - afirmou

Simon. A seguir, Antonio Carlos Magalhães foi aplaudido pelos senadores.

Antonio Carlos agradeceu a Simon não só pelo que acabara de dizer, mas também por suas declarações feitas anteriormente.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

- 7h - Entrevista com a professora Ruth Silveira Jobim sobre alfabetização de adultos
- 8h - Debate com a participação do deputado federal Sergio Carneiro (PDT-BA) e o Prof. Jorge Cravo - coordenador de Dessanilização do Ministério do Meio Ambiente sobre o projeto de dessanilização da água como alternativa para solucionar o problema da seca no Nordeste
- 9h30 - Entrevista com a professora Ruth Silveira Jobim sobre alfabetização de adultos
- 10h - Sessão plenária da Câmara em homenagem ao Deputado Federal Luís Eduardo Magalhães
- 12h15 - Entrevista com a professora Ruth Silveira Jobim sobre alfabetização de adultos
- 13h15 - Debate com a participação do deputado federal Sergio Carneiro (PDT-BA) e o Prof. Jorge Cravo - coordenador de Dessanilização do Ministério do Meio Ambiente sobre o

- projeto de dessanilização da água como alternativa para solucionar o problema da seca no Nordeste
- 14h30 - Sessão plenária não deliberativa (vivo)
- 18h45 - Entrevista com a professora Ruth Silveira Jobim sobre alfabetização de adultos
- 19h30 - Debate com a participação do deputado federal Sergio Carneiro (PDT-BA) e o Prof. Jorge Cravo - coordenador de Dessanilização do Ministério do Meio Ambiente sobre o projeto de dessanilização da água como alternativa para solucionar o problema da seca no Nordeste
- 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão Plenária (representação)
- 0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 0h40 - "Senado em Pauta"
- 1h - Sete Dias na Política
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h15 - "Senado em Pauta"

- 2h30 - Fala Cidadão
- 6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão"

RADIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 24h - Retransmissão da sessão plenária
- 3h - Música e informação

Documento aprovado em encontro nacional de 1997 permitirá rever lançamento de candidatura que gerou crise com o PDT

Dutra defende mudança da decisão do PT no Rio

Com base na "Carta do Rio de Janeiro", o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse ontem que o diretório nacional do seu partido tem poder para revogar a decisão, tomada pelo PT-RJ no último domingo, de lançar candidatura própria ao governo estadual. Pela decisão, a regional do partido negou apoio a uma aliança com o PDT e à candidatura de Anthony Garotinho ao governo carioca, contrariando orientação da direção nacional do PT.

O problema não foi criado pelos aliados e cabe ao PT resolvê-lo - reiterou.

Como o próximo encontro nacional do partido só será realizado no final de maio, Dutra afirmou que Lula ("a maior liderança popular que surgiu no país", segundo ele) deveria contar com uma solução mais urgente, oferecida pelo próprio Vladimir Palmeira: "Bastaria ele retirar seu nome".

O senador leu o seguinte trecho da carta que, a seu ver, justifica seu posicionamento:

"Do ponto de vista do PT, a concretização de um programa comum, o fortalecimento dos movimentos sociais, o combate às reformas conservadoras, a

difusão de propostas alternativas e o estabelecimento de uma política nacional de alianças são condições indispensáveis para derrota do FHC e seus aliados nos estados. Para ganhar e governar, transformando o Brasil, é necessário que esta política nacional comande o complexo jogo de forças e pretensões locais, ou regionais, sem o que a fragmentação e o conseqüente enfraquecimento da Frente serão inevitáveis. Nenhum interesse regional deverá prevalecer diante do dever de barrar a recondução de FHC e bater o neoliberalismo."

Conforme Dutra, se a convenção do Rio foi democrática e legítima, o encontro nacional, que reuniu delegados de todo o país em agosto de 1997 e firmou o compromisso de uma política nacional de alianças, foi ainda mais democrático e legítimo. A seu ver, a resolução de 1997 apontou claramente para o fortalecimento de um PT nacional, e não para "uma federação de interesses regionais".

Em apoio a sua posição, o se-

nador também destacou que não seria a primeira vez que a instância máxima do PT revogaria uma decisão estadual. Assim aconteceu em 94 com o PT do Ceará e de Rondônia, que pretendiam apoiar, respectivamente, as candidaturas de Tasso Jereissati e Waldir Raupp; em 86, a decisão de apoiar Waldir Pires ao governo da Bahia também foi revogada, afirmou.



Dutra: PT vai resolver

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ), em aparte, citou o próprio Vladimir Palmeira, que, antes de sua indicação, disse que, quando as lideranças se equivocam, as suas bases não têm a obrigação de acompanhá-las. Para ela, "as bases do Rio se equivocaram e o conjunto do partido não tem por que acompanhá-las". Eduardo Suplicy (PT-SP), por sua vez, considerou que, agora, cabe a Vladimir refletir se "a candidatura de Lula é mais importante do que a disputa no Rio de Janeiro". Ele acentuou que a decisão foi tomada quando as últimas pesquisas de opinião revelam um crescimento da candidatura Lula.

Suplicy estimula adolescentes a tirar títulos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) conclamou os jovens de 16 e 17 anos que ainda não fizeram seu alistamento eleitoral a tirarem seu título, a fim de eleger seus representantes nas eleições de 4 de outubro. Dirigindo-se aos jovens de baixa renda, que não têm condições de frequentar



Suplicy: voto jovem

uma escola, ele os aconselhou a votar, até para elegerem representantes capazes de lhes assegurar o ensino.

Conforme o parlamentar, dos 100 milhões de eleitores brasileiros, estima-se que 5 milhões

estejam na faixa entre 16 e 17 anos. Foi em busca desses jovens que ele visitou recentemente algumas escolas em São Paulo, tentando mostrar a esse eleitorado como é importante a participação política.

Nesses visitas, Suplicy tentou mostrar a esse eleitorado que é votando que se influencia o poder público na realização de coisas essenciais para a vida, como educação, habitação e saúde. Em seu discurso,

Suplicy afirmou que foi graças a movimentos da juventude brasileira que ocorreram algumas mudanças institucionais no país. Como exemplo, citou a mobilização em 1984, em favor das diretas já, e a ação dos "caras pintadas", em 1992, conclamando por ética na política.

No próximo dia 5 de maio, encerra-se o prazo para o alistamento. O TSE já utilizou os veículos de comunicação para estimular esses jovens a tirarem seu título e começarem a exercer seus direitos de cidadão.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) fez um aparte, para elogiar a iniciativa de Suplicy.

Simon pede aprovação da emenda do plebiscito

A proposta de emenda à Constituição, estabelecendo a realização de plebiscito nas próximas eleições para que o povo decida se o Congresso Nacional deve ou não fazer uma revisão constitucional, teve seu quarto dia de discussão ontem no Senado.

O primeiro a discutir a matéria foi o próprio autor, senador Pedro Simon (PMDB-RS), que disse ter profunda convicção de que "é a medida mais importante que podemos fazer: termos uma Constituição que realmente represente nosso pensamento".

Simon afirmou que, na legislatura passada, o Congresso Nacional não foi competente para realizar a revisão prevista na Constituição. "Nós fracassamos porque fizemos a revisão quando não havia ambiente. Na Constituinte de 88, foram cometidos alguns equívocos", assumiu. Para Simon, uma revisão em 99 seria um grande serviço prestado às gerações do terceiro milênio.

O senador Josaphat Marinho

(PFL-BA) adiantou seu voto contrário à emenda, lembrando que também já havia votado contra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Explicou que é contrário à emenda por entendê-la ilegítima, uma vez que altera o processo e o procedimento de reforma constitucional.

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) apoiou incondicionalmente a proposta de Pedro Simon. Palmeira disse concordar com os senadores que defendem o plebiscito e lamentou que vários dispositivos da Constituição de 88 ainda não tenham sido regulamentados.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) defendeu uma prévia limitação dos pontos a serem revistos como forma de solucionar o impasse e de dar um fim à "paralisação legislativa" que tomou conta do país. "O meio termo da prudência, da sabedoria", acredita. Távola lembrou que não são todos os artigos da Constituição que estão sendo contestados, como os sobre educação e garantias individuais, mas que a necessidade da revisão é inegável.



Iris, com os microempresários: "geração está dando grandes passos"

Iris é convidado para paraninfar formandos

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) foi convidado ontem para ser o paraninfo da primeira turma de formandos da Acieg/Sebrae, no curso de formação de lideranças empresariais e políticas. O convite foi feito pelos microempresários e jovens empreendedores do estado de Goiás, que aproveitaram a ocasião para apresentar as expectativas, as reivindicações e a realidade do setor. O grupo esteve também

com o senador Mauro Miranda (PMDB-GO).

Ao saudar o grupo de jovens microempresários, Iris Rezende agradeceu a presença do deputado Barbosa Neto no encontro e ressaltou que o importante foi perceber que, "apesar de marcada pela castração da ditadura militar, esta geração está dando passos de grande alcance para o desenvolvimento de Goiás".